Educação e desenvolvimento. Um olhar sobre o Plano Estratégico de Educação (2004-2008) de Moçambique

Édio Martins*

A educação é um bem público, porque gera importantes efeitos benéficos não só para quem a recebe, mas também para a sociedade no seu todo. Por isso, constitui uma variável chave (por vezes a única) nos processos de desenvolvimento. A importância que se tem dado à educação no desenvolvimento dos povos tem evoluído no tempo em paralelo com a evolução do conceito de desenvolvimento. À medida que se foi consolidando a visão de que o desenvolvimento não consiste unicamente no crescimento económico, mas que é um conceito multidimensional, a educação foi adquirindo uma importância crescente, tanto na teoria como nas políticas de desenvolvimento.

A redução da pobreza passa por um aumento dos activos tangíveis e intangíveis das populações que sofrem pobreza e exclusão. É fácil compreender que a educação supõe um aumento de capital humano que facilita a melhoria dos rendimentos individuais e o crescimento económico dos países. Mas, os seus efeitos sobre o desenvolvimento são muito mais amplos. O conhecimento é um elemento básico de *"empowerment"* das pessoas e de equidade. A educação é, sobretudo, uma responsabilidade dos estados. Parte da complexidade do trabalho em educação radica, em particular, na presença do Estado e na de outros actores, que também devem estar presentes, clarificando as potencialidades e responsabilidades de cada um.

No âmbito da cooperação internacional ao desenvolvimento, a cooperação educativa é o reflexo das deficiências gerais dos sistemas de cooperação para o desenvolvimento. Trata-se, frequentemente, de uma cooperação posta ao serviço do doador em vez de estar ao serviço das necessidades dos países receptores. Bom exemplo disso é o enorme peso da educação superior na cooperação educativa dos países do Norte, pelos benefícios que derivam da formação de elites em termos de geração de relações e âmbitos de influência dos Estados.

O principal repto educativo que enfrentam hoje os países como Moçambique e as agências de desenvolvimento é conseguir uma educação básica de qualidade, universal, obrigatória e gratuita para todos. E, como em outros âmbitos do desenvolvimento, isso passa em primeiro lugar pela prioridade política de atender aos grupos mais desfavorecidos: raparigas, minorias étnicas, indivíduos portadores de deficiência, populações rurais e populações marginais das grandes cidades.

ALGUMAS PERGUNTAS INICIAIS
Educação e conhecimento são a mesma coisa? Em que é que se distinguem?
Educar para a transformação ou para a adaptação? Que tipo de educação pode promover mudanças sociais?
Quais são os principais problemas da educação?
Onde estão as causas?
Quais são as metas internacionais de educação acordadas para o ano de 2015?

*Geógrafo. Director de Estudos e Planeamento do DAPP, Ministério da Educação. Docente convidado da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa.

1. O QUE ENTENDEMOS POR EDUCAÇÃO? UMA VISÃO CADA VEZ MAIS AMPLA

O conceito de educação não é unívoco. Por baixo do "chapéu" educativo cabem concepções de muito diversa índole. Intuitivamente, todos vinculamos educação à aquisição de conhecimentos concretos. Mas a educação é um activo das pessoas muito mais amplo que os conhecimentos sobre uma matéria. O que entendemos por educação e a sua importância para o desenvolvimento está muito marcado pelo modelo de desenvolvimento que se defenda.

1.1 Educação e desenvolvimento económico

O modelo tradicional de desenvolvimento assenta sobre o pressuposto de que desenvolvimento é, fundamentalmente, crescimento económico. Neste modelo a educação concebe-se como capital humano.

1.1.1. A teoria do capital humano

Surge a partir da economia com o objectivo de contribuir para explicação da razão por que uns países são mais ricos do que outros e com a finalidade de se saber o que se pode fazer para fomentar o crescimento dos mais atrasados.

A teoria do crescimento económico articula-se em torno de uma função de produção cujos *inputs* são a terra, o capital e o trabalho. Mas, observa-se que a produção não é só função de determinados *inputs*, mas da sua produtividade. Surge, assim, nos anos 50 o estudo da produtividade dos factores: progresso técnico, conhecimentos, etc. Uma das variáveis chave que se manipulou foi a das diferenças de qualidade do factor trabalho – o capital humano -, e a educação como um dos seus principais componentes. A escassez de conhecimentos nos países atrasados explica as baixas taxas de rendimento do capital e as dificuldades destes países para crescer.

Deste ponto de vista, o crescimento económico não depende tanto do nível de pobreza inicial como do grau de ignorância da população: a um maior nível de capital humano correspondem maiores taxas de crescimento económico. E vice-versa. Distingue-se, assim, entre duas acepções de atraso: pobreza e baixos níveis de rendimento per capita e ignorância ou baixos níveis de educação por habitante, sendo as diferenças nesta última que determinam o potencial de crescimento de uma economia.

Na teoria do capital humano estabelece-se uma relação positiva entre o nível educativo de um indivíduo e o seu salário, porque é mais produtivo. Os estudos neste sentido manifestaram, claramente, a importante contribuição da educação para o desenvolvimento económico.

1.2 Educação e desenvolvimento humano

Perante o modelo económico de desenvolvimento vai ganhando força uma concepção alternativa que defende:

· O desenvolvimento como um processo multisectorial, onde o progresso material das pessoas e o crescimento económico de um país são uma dimensão, mas existem outros factores igualmente importantes, vinculados às liberdades e à cultura;

·O horizonte de desenvolvimento como a plena realização pessoal e social, a partir da ampliação das possibilidades de escolha.

Esta focalização mais ampla é o que tem marcado as cimeiras internacionais que ocorreram na última década sobre educação e desenvolvimento (especialmente, Jomtien e Dakar). Perante a visão quantitativa tradicional (mede o grau de educação segundo os conhecimentos adquiridos), esta visão realça a importância qualitativa dos objectivos da educação (ver anexo 1). Nesta focalização a educação integra as seguintes dimensões:

1.2.1 A educação é um direito humano fundamental,

reconhecido como tal no artigo 26º da Declaração Universaldos Direitos Humanos (1948). Isto significa que a educação é um fim em si mesmo e que a falta de acesso à educação constitui a violação de um direito humano.

1.2.2 A educação como um processo amplo, dirigido à satisfação das necessidades de aprendizagem das crianças, jovens e adultos ao longo de toda a sua vida para poder desenvolver uma vida digna.

Este conceito de educação é o que vem reconhecido no Quadro de Acção de Dakar, que estabelece que "Todas as crianças, jovens e adultos na sua condição de seres humanos têm direito a beneficiar de uma educação que satisfaça as suas necessidades de aprendizagem na acepção mais nobre e mais plena de sentido, uma educação que compreenda aprender a assimilar conhecimentos, fazer, viver com os outros e ser. Uma educação orientada para a exploração dos talentos e capacidades de cada pessoa e a desenvolvimento da personalidade do educando, tendo como o objectivo a melhoria da sua vida e a transformação da sociedade" (ponto 3 do Marco de Acção de Dakar).

1.2.3 A educação para a mudança social

A característica principal que configura o nosso mundo é o abismo da desigualdade Norte-Sul, uma brecha que é persistente e crescente. No mundo actual, a pobreza, entendida como a não possibilidade de desenvolver uma vida digna, é a forma de vida da maioria da humanidade... no meio da abundância crescente de uns poucos. Esta situação constitui o maior problema não só económico, mas também político e ético actual, perante o qual o que se justifica procede é uma educação dirigida para a mudança social em vez da adaptação/ manutenção do que existe.

Por educação para a mudança social entendemos aquela dirigida a:

· Formar pessoas conscientes das suas potencialidades e da realidade que as rodeia, livres, solidárias e protagonistas do seu desenvolvimento;

· Oferecer respostas de qualidade às necessidades das pessoas excluídas no contexto das suas culturas, os desafios tecnológicos e as procuras do mundo do trabalho;

· Oferecer uma educação de qualidade a todos e a todas, que contribua para superar a pobreza e a exclusão;

· Promover uma cultura da paz, da solidariedade, da convivência, da participação cidadã e da democracia.

capaz de expressar as suas necessidades e os seus desejos. Uma participação mais ampla e mais informada no processo político é um catalisador para a mudança.

As pessoas com educação exigem maior prestação de contas aos responsáveis

A educação dá poder e capacita as comunidades com interesses directos na sua envolvente ambiental, outorgando-lhes de maior capacidade para participar nos processos de tomada de decisões.

Também é mais fácil trabalhar com uma população com educação quando se pretende treiná-las nas técnicas de controlo ambiental, fazendo um acompanhamento da sua situação e partilhando a informação com as autoridades locais, regionais e nacionais e com outras partes interessadas.

Os jovens são agentes de mudança e aqueles que marcarão as atitudes ambientais das gerações futuras. A educação confere-lhes maior capacidade para compreender os problemas ambientais e participar nas suas soluções.

Por último, as elevadas taxas de crescimento da população mundial não são sustentáveis e os seus efeitos fazem-se sentir em todos os aspectos das políticas de desenvolvimento. As mulheres que têm acesso a uma educação primária estão em situação de poder tomar decisões sobre a saúde reprodutiva; pensam ter menos filhos do que as mulheres do mesmo país sem acesso à educação.

> A educação gera capital humano, no que supõe de recurso de utilidade para os processos de desenvolvimento económico, e gera capacidades para o desenvolvimento social e a plena realização de crianças, jovens e adultos em condições de vida digna.

2. O papel essencial da educação na erradiação da pobreza

A educação, começando pela atenção e educação das crianças mais pequenas e prosseguindo com a aprendizagem ao longo de toda a vida, é fundamental para a capacitação do indivíduo, para a eliminação da pobreza na família e na comunidade, e para um maior desenvolvimento social e económico. Ao mesmo tempo, a atenuação da pobreza facilita o avanço para uma educação para todos. Produzem-se sinergias entre as estratégias de fomento da educação e a atenuação da pobreza, que se devem explorar.

2.1 Acessos a serviços e recursos

Sem a capacidade de ler, muitas pessoas são incapazes de beneficiar dos serviços públicos simplesmente porque não podem compreender a informação escrita sobre como solicitar e aceder a serviços tais como a saúde, habitação, crédito, justiça ou serviços agrícolas.

Além disso, a educação coloca os homens e mulheres pobres em melhor posição para reclamar o acesso a serviços e recursos. A maior confiança em si próprio e o sentimento de valia que a pessoa com educação possui torna-a mais propensa a solicitar serviços e a utilizar os recursos disponíveis. Por exemplo, é mais provável que as mulheres com escolaridade solicitem mais os serviços públicos de saúde do que aquelas que não possuem educação.

2.2 Participação e democracia

Os homens, mulheres e jovens com educação são mais capazes de participar nos processos de decisão que afectam as suas vidas. A democracia depende da existência de uma população com educação capaz de expressar as suas necessidades e os seus desejos. Uma participação mais ampla e mais informada no processo político é um catalisador para a mudança.

As pessoas com educação exigem maior prestação de contas aos responsáveis políticos. São mais capazes de acompanhar o processo de tomada de decisões, seja pelos meios de comunicação ou mediante a observação pessoal, e de exigir explicações pelas decisões tomadas. Como resultado, a educação ajuda a que existam boas práticas de governo, o que é chave para decidir o caminho para um desenvolvimento sustentável.

A educação é especialmente importante para dar poder e capacitar as mulheres para que tenham mais voz nas decisões de todos os níveis, desde o âmbito doméstico ao nacional. É mais provável que as mulheres com educação venham a ser líderes e que participem nas tomadas de decisão.

Um aspecto crítico para o desenvolvimento é uma maior participação dos interessados

2.3 Redução de desigualdades

Uma escolarização pública e universal que ofereça uma educação de qualidade para todos contribui para a equidade social. As pessoas com educação são capazes de uma maior participação no desenvolvimento económico do seu país e de se beneficiarem a si próprias, o que contribui para reduzir as desigualdades.

A educação, e particularmente uma educação multicultural que seja suficientemente flexível para abranger as diferentes necessidades, línguas e culturas de grupos minoritários, pode reduzir os efeitos dos preconceitos e do racismo, promovendo a tolerância e oferecendo oportunidades aos grupos marginalizados.

2.4 Erradicação do trabalho infantil

As crianças trabalhadoras frequentemente têm que renunciar à escola a fim de obter rendimentos a curto prazo para as suas famílias. Isto obriga-as a sacrificar os ganhos a longo prazo que a educação lhes poderia oferecer, tanto em termos económicos como de desenvolvimento humano. Vêem-se presos num ciclo vicioso de pobreza que se reproduz de geração em geração. A forma mais efectiva para que os 246 milhões de crianças trabalhadoras do mundo rompam o ciclo da pobreza é oferecer-lhes um futuro através da educação. Uma criança na escola é uma criança trabalhadora a menos. Em segundo lugar, uma criança com educação tem mais capacidade para poder tomar decisões sobre o seu futuro que lhe permitam escapar à pobreza. A educação cria oportunidades.

2.5 Progresso material

A educação permite aos pobres um melhor acesso aos mercados onde vendem os seus produtos assim como a possibilidade de romper a sequência de baixa capacitação – baixos salários – alta vulnerabilidade, que se reproduz geração atrás de geração. A educação outorga a confiança e o conhecimento necessários para se organizar conjuntamente e negociar melhores preços de venda, e isso contribui para uma maior protecção perante a exploração daqueles que têm maior força negociadora.

A educação facilita também a utilização dos mercados de crédito para o desenvolvimento agrícola e de negócios. As pessoas são assim menos susceptíveis de perder os seus recursos em benefício dos seus credores já que o acesso ao crédito lhes permite desenvolver melhores planos de negócio e de desenvolvimento agrícola.

A educação pode aumentar a produtividade da agricultura. O aumento de produtividade é chave para o crescimento económico, e uma das variáveis para obter aumentos de produtividade é a inovação. A educação permite às pessoas aprenderem as competências necessárias para desenvolver novas e inovadoras técnicas tanto na agricultura como nos negócios. As inovações locais permitem desenvolver uma tecnologia local.

A educação é necessária para desenvolver a "economia do conhecimento". O Banco Mundial estima que mais de metade do PIB dos países industrializados provém da produção e distribuição do conhecimento. Alguns economistas acreditam que a maioria do potencial de conhecimento económico para o futuro reside na indústria do conhecimento, tendência que colocará as pessoas sem educação numa posição ainda pior.

2.6 Melhoria da saúde

A educação, mesmo que básica, ajuda grandemente a prevenir as doenças e a morte. À margem de rendimentos e outros factores, as crianças de mães com pelo menos a escolaridade básica têm menor probalidade de falecerem durante a sua infância e de padecerem de má nutrição. Também, é menos provável que as mulheres com educação faleçam durante o parto e, por isso, alcancem uma maior esperança de vida.

Em muitos países, algumas enfermidades como a SIDA acarretam um estigma social por desinformação. A educação pode contribuir para romper o tabu e o mistério que rodeia estas doenças. Além disso, é mais provável que as pessoas com educação pressionem o poder para ter acesso à atenção médica necessária.

2.7 Contribuição para o ambiente

A educação pode contribuir notavelmente na consecução de um consumo e de uma produção sustentáveis. As mudanças nos padrões de consumo e de produção dos indivíduos provocam mudanças tecnológicas e uma maior consciência para o ambiente.

A educação dá poder e capacita as comunidades com interesses directos na sua envolvente ambiental, outorgando-lhes de maior capacidade para participar nos processos de tomada de decisões.

Também é mais fácil trabalhar com uma população com educação quando se pretende treiná-las nas técnicas de controlo ambiental, fazendo um acompanhamento da sua situação e partilhando a informação com as autoridades locais, regionais e nacionais e com outras partes interessadas.

Os jovens são agentes de mudança e aqueles que marcarão as atitudes ambientais das gerações futuras. A educação confere-lhes maior capacidade para compreender os problemas ambientais e participar nas suas soluções.

Por último, as elevadas taxas de crescimento da população mundial não são sustentáveis e os seus efeitos fazem-se sentir em todos os aspectos das políticas de desenvolvimento. As mulheres que têm acesso a uma educação primária estão em situação de poder tomar decisões sobre a saúde reprodutiva; pensam ter menos filhos do que as mulheres do mesmo país sem acesso à educação.

A erradicação da pobreza depende da educação, particularmente da educação das mulheres e das meninas. Não só é um fim em si mesmo, mas também um meio para outras políticas que contribuem para superar a pobreza.

3. SITUAÇÃO ACTUAL DA EDUCAÇÃO NO MUNDO

Ao longo dos últimos vinte e cinco anos, a situação da educação no mundo experimentou uma considerável melhoria em alguns aspectos. Especialmente no que se refere à alfabetização e em geral à educação básica produziram-se melhorias que é necessário reconhecer.

Nos últimos dez anos a taxa de alfabetização de adultos passou de 64% para 76% da população mundial. Hoje só 23 países têm taxas de analfabetismo de cerca de 50%. Um número crescente de adultos recebeu algum tipo de educação escolar e adquiriu alguns rudimentos de alfabetização.

Em todo o mundo as matrículas no ensino primário passaram de 80% em 1990 para 84% em 1998[1].

No entanto, uma análise, mesmo que superficial, da realidade da educação no nosso mundo permite algumas conclusões preocupantes. Assim, hoje no mundo:

- 125 milhões de crianças não vão à escola primária, dos quais 60% são meninas;
- Há 875 milhões de adultos analfabetos dos quais dois terços são mulheres. O número de analfabetos aumenta sem cessar no mundo mesmo quando a taxa diminui, quer dizer, o aumento das possibilidades da escolarização acompanhar não segue o ritmo de crescimento demográfico;
- Nem sequer um terço dos mais de 800 milhões de crianças com menos de seis anos recebe qualquer tipo de escolarização;
- Entre 10% e 20% da população dos países mais ricos do mundo são analfabetos funcionais;
- Cerca de 75% dos utilizadores de Internet vivem nos países do Norte com elevado nível de rendimentos e representam 14% da população mundial. Ao mesmo tempo, 60% da população mundial nunca efectuou uma chamada telefónica e um terço da humanidade vive sem electricidade.

Fonte: *Relatório PNUD 2002*

Se nos detivermos a observar com mais algum detalhe os dados, aparecem claramente duas conclusões adicionais:

·Existem, todavia, enormes disparidades regionais tanto no acesso à educação como na qualidade e pertinência da mesma. A África Subsaariana e o sul da Ásia aparecem como as áreas do mundo com piores índices educativos, enquanto que a América Latina e a Ásia Oriental apesar de terem experimentado uma considerável melhoria na cobertura educativa enfrentam enormes problemas de qualidade.

· Existe uma evidente discriminação por razões de género no acesso e prosseguimento dos estudos. Apesar de existirem evidências empíricas suficientes que indicam que o investimento na educação das mulheres tem maiores efeitos sobre o desenvolvimento.

Perante esta situação, outros dados nos convidam a reflectir:

· Proporcionar educação primária universal significa aumentar entre 6 e 7 milhões de dólares o investimentos educativo mundial durante dez anos. Esta quantidade é o equivalente à despesa militar mundial de 4 dias (*UNESCO: Educação para Todos. Marco de Acção 2000*);

· Os países desenvolvidos investem anualmente cerca de 750 milhões de euros em educação básica nos países pobres, o que representa 2% da ajuda bilateral e 0.035% do seu PNB. É uma despesa 25 vezes menor do que a que se efectua para alimentar os nossos animais domésticos.

Não se trata, portanto, de insuficiência de recursos, pelo menos não só, mas de prioridades políticas.

4. Obstáculos à educação nos Países do Sul

Vejamos quais são os problemas da educação nos países do Sul.

4.1 Obstáculos do sistema educativo

4.1.1 Insuficiente cobertura

Apesar da evidente melhoria no acesso à escolaridade básica, em muitos países do Sul simplesmente faltam escolas, professores e materiais mínimos para todas as crianças. As áreas rurais e os bairros pobres das cidades são onde mais acentuam estas carências. Assim, por exemplo, só cerca de 5% das mulheres frequenta o ensino secundário em Moçambique.

4.1.2 Repetência e abandono dos estudos

Na África Subsaariana mais de um quarto das crianças matriculadas na primária repetem a classe e um terço ou mais das crianças deixam os estudos antes de finalizar o primeiro ciclo. Na América Latina unicamente finalizam o nível primário 40% das crianças que iniciaram o primeiro grau e só 8% dos alunos finaliza o nível secundário. Nestes países o sistema de ensino primário quase parece concebido para produzir fracassos e manter as crianças longe da escola. As baixas taxas de retenção indicam dificuldades de acesso, escolas deficientes e elevado custo para os pais pobres para manter os seus filhos na escola.

4.1.3 Baixa qualidade e carência de meios adequados

Aos esforços para ampliar as matrículas devem adicionar-se actividades para melhorar a qualidade da educação, se se quer atrair as crianças à escola, mantê-las nela e conseguir que obtenham resultados satisfatórios. Os escassos recursos para a educação foram utilizados geralmente para ampliar os sistemas educativos sem prestar a devida atenção à melhoria da qualidade de aspectos como a formação de professores e a preparação de material didáctico.

A qualidade na educação requer pelo menos: (i) alunos saudáveis, bem alimentados e motivados; (ii) docentes bem formados e técnicas didácticas activas; (iii) instalações adequadas e material didáctico; (iv) plano de estudos que se possa ensinar e aprender na língua local e aproveite os conhecimentos e experiências de professores e alunos; (v) envolvente que não só fomente a aprendizagem mas que seja, além disso, agradável, atento às questões do género, saudável e seguro; (vi) definição clara e avaliação precisa dos resultados esperados, entre os quais, os conhecimentos, as competências, as atitudes e os valores; (vii) governo e gestão participativos e (viii) respeito pela comunidade e pela cultura local e participação nas mesmas.

De todos eles o factor que mais influi na qualidade da educação são os professores. Neste terreno são muitos os problemas que existem. Sobretudo, a escassa formação e motivação dos docentes, os baixos salários e as más condições de trabalho.

4.1.4 Os custos indirectos da educação (para aceder à escola)

Ainda que, a maioria dos países do mundo tenha uma legislação em que definem a educação obrigatória como sendo de carácter gratuito, na prática isto não se verifica de ser irreal. Os pais devem suportar o pagamento de alguns custos: material didáctico, uniformes, cantina escolar,

transporte, manutenção dos edifícios, construção de salas, etc. Isto implica uma importante barreira de acesso para as famílias mais pobres.

4.1.5 Trabalho infantil

Os compromissos internacionais relativos à infância estabelecem que o trabalho das crianças não deverá ser um obstáculo para a educação, no entanto "pelo menos 50 milhões de crianças no mundo sofrem de exploração infantil" (UNICEF). Há exploração infantil quando o seu trabalho dificulta a sua educação ou prejudica o seu bem estar físico, psíquico, moral e social.

4.1.6 Discriminação por razão do género

A discriminação baseada no género continua a ser um dos obstáculos mais pertinentes que se opõem ao direito à educação. Se não se supera, não se poderá concretizar uma educação para todos. As meninas constituem a maioria da população infantil e juvenil que não frequenta a escola.

Várias razões explicam as dificuldades das meninas para receber uma educação adequada nos países pobres. Algumas estão relacionadas com a oferta do sistema educativo, mesmo que outras resultem de pressões domésticas e culturais.

Parte do problema está nas próprias escolas, que pretendem reflectir os valores da sociedade. Portanto, muitas meninas descobrem que estão a ser escolarizadas para a subordinação: os livros de texto e as lições estão cheias de estereótipos; os professores – mulheres e homens – tendem a fazer uma divisão de tarefas por género e em geral dão mais atenção aos meninos.

Também é frequente que as famílias, não recusando a educação, fazem, no entanto, um *trade-off* explícito ou implícito: mesmo que os pais desejem enviar os seus filhos à escola, medem os custos financeiros actuais perante os benefícios. Os custos indirectos da educação (transporte, roupa, livros) ou o custo de oportunidade de perder o trabalho doméstico da filha. Mesmo que estas considerações afectem também os meninos, saem a perder as meninas. Inclusive em idades mais baixas, o seu trabalho doméstico é mais valiosos.

4.2 Obstáculos económicos

4.2.1 Programas de Ajuste Estrutural e Dívida Externa

Os anos 80 e 90 foram anos de crises e de programas de ajuste estrutural, que afectaram a capacidade dos governos e dos pais para melhorar as oportunidades educativas das crianças. Os programas de ajuste impostos pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial obrigam aos países devedores a adoptar reformas económicas estritas afim de receber os préstimos destes organismos e obter o "selo de aprovação", porta de entrada para a ajuda e investimentos privados de investidores e grupos mais amplos de doadores. Estes programas foram criticados amplamente porque implicam processos de tomada de decisão pouco democráticos, porque o papel desempenhado pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional é preponderante, mas, sobretudo, pelo impacto negativo sobre os grupos mais vulneráveis (os pobres, as mulheres, pequenos produtores) e o ambiente. Condições impostas frequentemente aos países que se submetem a um ajuste estrutural são: a) adopção de "taxas de uso", exigindo que as famílias paguem para aceder à educação e à saúde e b) redução da despesa pública, que implica restringir o acesso aos serviços públicos, entre eles a educação. As mulheres têm sofrido duramente o impacto dos programas, já que quando se impõe a cobrança de taxas para aceder à educação, são frequentemente as mulheres as primeiras a ser retiradas da escola. Durante a década de 80, as taxas de matrícula no ensino primário retrocederam em muitos dos Países Menos Avançados situados na África Subsaariana. A maioria dos governos africanos que adoptaram programas de ajuste estrutural reduziram a percentagem do PNB destinada à educação.

O peso crescente da dívida externa é outro obstáculo principal. Na África Subsaariana, por exemplo, gasta-se em cada ano quatro vezes mais no pagamento da dívida do que em educação. Com as tendências actuais em 2015 haverá 9 milhões de crianças

mais fora da escola. (*UNESCO: Educação para Todos: Marco de Acção 2000*).

Gera-se, assim, um círculo vicioso em que estes factores limitam os esforços para universalizar o acesso à educação básica enquanto que, a falta de acesso à educação numa proporção significativa da população impede às sociedades encarar os seus processos de desenvolvimento com força e determinação.

4.3 Obstáculos políticos

4.3.1 Paradigma educativo dominante

O modelo económico dominante funciona e assume a desigualdade como um facto natural, que se agrava com o uso das novas tecnologias e as mudanças no mundo do trabalho. Neste modelo entende-se a educação como um serviço mais no mercado livre, que, nos países do Sul, dá lugar a uma educação pouco igualitária, onde existem escolas de elite que só são acessíveis a um grupo social privilegiado. Isto favorece a uma educação de pouca qualidade para a maioria da população.

4.3.2 A falta de prioridade política (e, portanto, económica) por parte de muitos governos para a educação básica

"Como em outras regiões do mundo em desenvolvimento, a América Latina tem assistido ao desfilar de uma larga lista de declarações de intenções, de compromissos e de metas que se reiteram, não cumpridas e atrasadas ciclicamente. Repetidamente, os planos sobrepõem-se uns aos outros, sem soluções de continuidade, ou se desenvolvem-se de forma paralela, sem coordenação entre si" (*"Pronunciamento Latinoamericano por uma educação para todos", Dakar, Abril 2000*)

Em muitos países do mundo, para além dos direitos reconhecidos e dos compromissos assumidos, a educação não é uma prioridade. Um indicador muito revelador são os insuficientes recursos públicos que se destinam à educação em comparação com as despesas noutros sectores como o militar. Isto é particularmente palpável em países que se encontram em guerra ou em situação de conflito.

Existe, além disso, uma falta de prioridade política da educação básica perante outros níveis educativos como o universitário. A forma como se distribuem os recursos públicos, perfila a distribuição posterior dos benefícios na sociedade. Como exemplo, calcula-se que mais de dois terços dos benefícios derivados das despesas no ensino superior são proveito de 20% da população mais rica. Apesar disso, muitos países de desenvolvimento humano médio e baixo, destinam menos de metade dos seus orçamentos em educação para as escolas primárias.

4.3.3 Promessas não cumpridas a nível internacional

Existe um contraste muito forte entre o discurso oficial de apoio à educação por parte dos governos doadores e das instituições multilaterais de desenvolvimento e o apoio na prática para conseguir a implementação dos compromissos internacionais.

Assim, calcula-se que apenas 2% da ajuda bilateral mundial, quer dizer a directamente gerida entre um país e outro, se destina à as suas empresas. Esta falta de apoio real materializa-se no não cumprimento dos objectivos das cimeiras.

> "Se queremos ser sérios na luta contra a ignorância, a doença e a pobreza teremos de rapidamente encontrar os recursos necessários para financiar a educação e a saúde das nossas crianças como fazemos de maneira diferente para defender as nossas nações" (*Nelson Mandela, Abril 2000*)

125 milhões de crianças no mundo não vão à escola. A não ser que se ponha em marcha uma acção urgente, estes irão somar-se aos 1000 milhões de analfabetos adultos que existem actualmente no mundo. Segundo as estatísticas do Banco Mundial se as tendências continuarem, 88 países não alcançarão o Objectivo do Milénio de Educação para Todos em 2015 e o objectivo de igual número de meninas e de meninos

nas escolas para 2005 não será alcançado. O Banco Mundial estima que os recursos totais necessários para alcançar os objectivos de educação básica ascendem a 10.000 milhões de dólares adicionais por ano, durante 10 anos, dos quais 5.000 milhões de dólares seriam recursos adicionais dos doadores.

Para trabalhar por uma educação de qualidade para todos há que incidir não só no âmbito micro das escolas e centros educativos, mas também a nível macro, participando nos processos de tomada de decisões políticas e económicas, nacionais e internacionais.

5. MARCO INTERNACIONAL NA EDUCAÇÃO

A consciência de que a educação é um elemento chave para o desenvolvimento e a justiça social é uma constante na história do pensamento humano. O sentido da educação ocupou e ocupa um lugar privilegiado no debate sobre as estratégias e os instrumentos para melhorar a vida das pessoas. No entanto, é a partir da metade do século XX, que o consenso relativamente ao valor da educação para o desenvolvimento é reflectido nas declarações internacionais e se vão estabelecendo compromissos concretos.

A comunidade internacional, a instâncias das Nações Unidas, colocou em marcha na década de 90 uma dinâmica de Conferências e de Cimeiras Internacionais nas quais se procedeu à análise dos principais aspectos que se colocam ao desenvolvimento ao nível mundial. Exemplos destas Cimeiras são a Conferência de Jomtien sobre o desenvolvimento e educação, a do Rio sobre o ambiente e desenvolvimento, a do Cairo sobre população e desenvolvimento, a de Copenhaga sobre o desenvolvimento social, a de Pequim sobre a mulher, etc.

Através destas Conferências foi-se definindo um marco doutrinal sobre o como abordar os problemas do desenvolvimento, dando origem a um corpo de compromissos de grande consenso. Esses compromissos têm um triplo valor:

·Expressam o compromisso da comunidade internacional;

·Evidenciam o reconhecimento da comunidade internacional de que não é possível a governabilidade de um mundo crescentemente integrado em que, no entanto, persistem desigualdades muito profundas;

·Confirmam que é o conjunto da comunidade internacional que tem de afrontar os problemas associados ao desenvolvimento.

5.1 A iniciativa "Educação para Todos"

5.1.1 A conferência Mundial sobre a Educação para Todos

Esta Conferência realizou-se em Jomtien, Tailândia (5/6 de Março de 1990) e constituiu um marco na política educativa internacional. A Conferência enfatizou (e a comunidade internacional reconheceu) os seguintes pontos:

·Que a educação é um direito humano fundamental;

·Como tal, é um elemento chave do desenvolvimento sustentável e da paz e estabilidade em cada país e entre as nações e, por conseguinte, um meio indispensável para participar nos sistemas sociais e económicos do século XXI (instrumento para o desenvolvimento económico e social);

·Se não se avança rapidamente para os objectivos de educação para todos, não se alcançam os objectivos de redução da pobreza, adoptados no plano internacional e acentuam-se ainda mais as desigualdades entre países e dentro de uma mesma sociedade. Existe uma clara correlação entre um baixo índice de matrícula, pouca retenção escolar e resultados não satisfatórios de aprendizagem, por um lado, e a pobreza, por outro;

·Necessidade de dar maior atenção à educação básica, como meio de promover os direitos humanos, a luta contra a pobreza e a emancipação da mulher.

A Conferência de Jomtien realçou a importância da educação básica, mas sem esquecer é só o primeiro passo no direito a uma formação contínua durante toda a vida. No entanto, na prática, a aprendizagem permanente como critério director da política educativa responde mais à realidade dos países que já estão capacitados para proporcionar um ensino extensivo e numerosas oportunidades de aprendizagem, mas é só um sonho para os países que, todavia lutam para erradicar o analfabetismo e inscrever todas as crianças na escola primária.

Entre 1998 e 2000, a UNESCO realizou a investigação (*Avaliação da Educação para Todos, 2000*) em 180 países para medir os avanços durante os anos 90, cujos resultados foram apresentados no Fórum Mundial para a Educação (*28/29 Abril, Dakar, Senegal*). As conclusões não foram muito animadoras. Mesmo com a melhoria ocorrida durante a década de 90, não se registaram avanços substanciais. Salientou-se que o desafio é muito maior na África Subsaariana, o Sul da Ásia e os Países Menos Desenvolvidos. A ameaça da SIDA à concretização dos objectivos da Educação para Todos e, em termos gerais, do desenvolvimento, sobretudo na África Subsaariana, constitui um gravíssimo problema. As repercussões da SIDA na procura e na qualidade da educação recebida exigem uma atenção explícita. Os programas para controlar e reduzir a expansão do vírus devem utilizar ao máximo o potencial da educação para transmitir mensagens de prevenção e modificar atitudes e comportamentos. A avaliação também ressaltou a necessidade de prestar especial atenção aos países em conflito ou em processo de reconstrução.

5.1.2 Fórum Mundial para a Educação (Dakar, 2000)

Em Abril de 2000, reiterando os compromissos assinalados em Jomtien em 1990, os governos participantes no Fórum Mundial para a Educação fixaram objectivos para alcançar a Educação para Todos. Assistiram 1.100 participantes que adoptaram um Marco de Acção comprometendo-se a conseguir uma educação básica de qualidade para todos, gratuita e obrigatória para o ano 2015.

Quais foram os compromissos (objectivos) específicos acordados colectivamente em Dakar?:

1- Expandir e melhorar a educação integral da primeira infância, especialmente para as crianças mais vulneráveis e desfavorecidas;

2- Velar para que em 2015 todas as crianças, e, sobretudo, todas as meninas e meninos em situações difíceis e os que pertencem a minorias étnicas, tenham acesso a um ensino primário gratuito e obrigatório e que o concluam;

3- Velar para que as necessidades de aprendizagem de todos os jovens e adultos sejam atendidas mediante o acesso equitativo a uma aprendizagem adequada e a programas de preparação para a vida activa;

4 - Aumentar em cerca de 50% o número de adultos alfabetizados para o ano 2015, especialmente as mulheres, e facilitar a todos os adultos o acesso equitativo à educação básica e a educação permanente;

5 - Melhorar todos os aspectos qualitativos da educação, garantindo os parâmetros mais elevados, para que todos consigam resultados de aprendizagem reconhecidos e medíveis, especialmente a leitura, a escrita, a aritmética e as habilidades básicas para a vida.

Quem é responsável por proporcionar uma educação de qualidade?

Mesmo que a educação diga respeito a todos (governos, agências internacionais, doadores, ONG's e a sociedade civil), a responsabilidade de alcançar estes 6 objectivos corresponde aos próprios Estados.

Em Dakar foi solicitado a todos os Estados que elaborem e fortaleçam os planos nacionais de educação. Estes planos devem integrar-se num marco mais amplo de redução da pobreza e de desenvolvimento e devem ser elaborados mediante um processo transparente e democrático em que

participem os interessados, em particular a população, os líderes comunitários, as famílias, os alunos, as ONG's e a sociedade civil. Os planos nacionais devem abordar (i) os problemas crónicos de financiamento insuficiente da educação básica, estabelecendo prioridades orçamentais que reflitam o compromisso de 2015, (ii) estratégias dirigidas aos que, na actualidade, se encontram excluídos das oportunidades educativas, com um claro compromisso com a educação dos jovens e a igualdade de género.

Compromisso financeiro com os doadores que apoiem as estratégias nacionais.

Mas o êxito dos planos nacionais requer, sobretudo, vontade política e recursos.

Dakar reconheceu que na actualidade muitos países não contam com recursos necessários e declarou que " nenhum país comprometido com a educação básica se sinta ameaçado para conseguir o referido objectivo por falta de recursos". Estima-se que a realização dos 6 objectivos da educação para todos custará cerca de 10.000M de dólares anuais durante 10 anos, o que exige mobilizar novos recursos financeiros por parte dos países e dos organismos multilaterais e bilaterais de financiamento.

O Marco de Acção de Dakar efectuou, por isso, um apelo à comunidade internacional para lançar uma iniciativa global que desenvolvesse estratégias e mobilizasse recursos para apoiar os esforços nacionais. É suposto colocar no centro do debate educativo a questão do financiamento e a necessidade da cooperação entre países e agências doadoras e de desenvolvimento. Em concreto, levar a cabo esse compromisso supõe para os governos doadores o pôr em prática as seguintes medidas:

Medidas acordadas em Dakar
Aumentar o financiamento externo da educação, em particular da educação básica.
Conseguir prever melhor o fluxo da ajuda externa.
Coordenar a actividade dos doadores com maior eficácia.
Consolidar as focalizações sectoriais.
Intensificar e ampliar a adopção de medidas dirigidas à redução da dívida ou a suprimi-la afim de lutar contra a pobreza, e de adoptar uma posição firme a favor da educação básica.
Proceder a um acompanhamento mais eficaz e regular dos avanços realizados no cumprimento das finalidades e objectivos da educação para todos, recorrendo a avaliações periódicas, entre outros meios.

Fonte: Marco de Acção de Dakar.

5.1.3 O Plano "Educação para Todos"

A UNESCO coordena o movimento EFA (*"Education For All"*) e, em colaboração com outras agências do sistema das Nações Unidas e doadores bilaterias pôs em marcha programas específicos dirigidos a conseguir os objectivos da educação para todos.

5.1.4. A "Fast Track Initiative"

Perante os escassos avanços desde Dakar, nas reuniões de primavera do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional em Abril de 2002, os ministros de economia e desenvolvimento dos países membros apoiaram um Plano de Acção apresentado pelo Banco Mundial. Este Plano estabelece medidas concretas como a Iniciativa por Via Rápida *"Fast Track Initiative"* para, por um lado, alcançar o objectivo da educação primária básica universal acordado em Dakar e adoptado entre os objectivos da Cimeira do Milénio e, por outro, melhorar a coordenação entre países doadores.

O requisito para aceder a esta iniciativa é possuir estratégias nacionais de redução da pobreza e planos de educação desenvolvidos em consulta com a sociedade civil. O Banco Mundial seleccionou um grupo inicial de 18 países que cumpram

estes requisitos os quais foram convidados a apresentar propostas que especifiquem os recursos necessários para alcançar em 2015 a universalização da educação básica primária, com o compromisso de que o Banco Mundial se encarregaria de obter de forma imediata os recursos necessários para cobrir a brecha financeira de cada plano[2].

As cimeiras internacionais de educação dos anos 90 estabelecem um caminho para a universalização da educação básica baseado na associação e colaboração entre países doadores e países receptores. Parte-se do reconhecimento dos países como principais responsáveis do seu desenvolvimento e da responsabilidade do Estado em matéria educativa. Os países comprometem-se a elaborar planos nacionais de educação orientados para a consecução da universalidade da educação básica e integrados num marco mais amplo de redução da pobreza. Os referidos planos realizaram-se com a participação da sociedade civil da cada país. A comunidade de doadores compromete-se a (i) realizar uma cooperação internacional baseada no apoio aos referidos planos sectoriais, (ii) um aumento substancial da ajuda oficial ao desenvolvimento em educação e (iii) priorizar a educação básica.

5.2 Objectivos do Milénio

Os objectivos de Dakar foram ratificados novamente pela comunidade internacional na Cimeira do Milénio realizada em Setembro de 2000. Esta Cimeira fixou 8 objectivos (os *Objectivos de Desenvolvimento do Milénio*) que deverão ser alcançados para eliminar a pobreza no mundo. Dois desses objectivos referem-se especificamente ao tema educativo e coincidem com os de Dakar:

Objectivos de desenvolvimento do milénio em educação
Conseguir a universalização do ensino primário em 2015.
Promover a igualdade entre os géneros e a autonomia da mulher; eliminar as desigualdades entre os géneros no ensino primário e secundário, preferencialmente para o ano 2005, e em todos os níveis de ensino em 2015

A concretização dos dois objectivos é antes de mais necessária para contribuir para a consecução dos restantes objectivos: diminuição da pobreza, redução das taxas de mortalidade infantil, luta contra o HIV/SIDA, cuidado e protecção do ambiente e redução das taxas de fecundidade.

5.3 Outros compromissos internacionais em educação

Os compromissos internacionais em educação ratificaram-se e ampliaram-se desde a Conferência Jomtien até Dakar.

- Cimeira Mundial sobre a Infância, Nova York 1990. Fixou os objectivos de alfabetização, acesso à educação primária e taxas de conclusão da escolaridade para 2000;
- Conferência sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, Rio de Janeiro 1990. Assinalou-se o papel da educação formal e não formal na promoção de mudanças nas atitudes desfavoráveis ao desenvolvimento sustentável;
- Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos, Viena 1993. Reconheceu-se o direito ao desenvolvimento e a necessidade de erradicar o analfabetismo, assim como o dever de incluir a democracia e o papel da lei nos planos de estudos de todas as instituições educativas;
- Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, Cairo 1994. Reconheceu-se o papel da educação na promoção da mudança social; redução das taxas de fertilidade; na morbilidade e mortalidade e no "empowerment" das pessoas, especialmente das mulheres;
- Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, Pequim 1995. Destacou-se o papel essencial da educação na promoção da equidade e o "empowerment" para as mulheres e a necessidade de incrementar as taxas de matrículas para as raparigas;
- Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Social, Copenhaga 1995. Estabeleceu a iniciativa 20/20, compromisso acordado pelos países desenvolvidos e países em desenvolvimento de afectar, em média, 20% da ajuda oficial dos doadores e 20% orçamento nacional, respectivamente, a programas sociais básicos;
- Quinta Conferência Internacional sobre Educação de Adultos, Hamburgo 1997. Situou-se a educação básica no contexto de uma aprendizagem ao longo da vida através de sistemas educativos formais e não formais inovadores, flexíveis e acessíveis a todos;
- Conferência Internacional sobre Trabalho Infantil, Oslo 1997. Destacou-se a estreita relação entre trabalho infantil e a educação, em particular a perda de oportunidades educativas e apelou-se à mobilização social para terminar com a exploração económica e o abuso das crianças.

6. Considerações finais

Como considerações finais convém apontar duas questões que não foram tratadas mas que têm muita relação com o estudo do papel da educação no desenvolvimento. São questões de grande actualidade, abertas à discussão e que não admitem uma resposta única. Podem ser abordadas como linhas de aprofundamento para o futuro.

Globalização e educação: constituem tanto uma oportunidade como uma ameaça. É um processo que é necessário moldar e gerir, se se pretende concretizar a equidade e a sustentabilidade. A globalização gera novas riquezas e produz maior interconexão e interdependência das economias e das sociedades. Impulsionada pela revolução das tecnologias da

informação e pela maior mobilidade de capitais, pode contribuir para reduzir a pobreza e as desigualdades e colocar estas tecnologias ao serviço da educação. Mantém-se, no entanto, o perigo de criar um mercado de saber que exclua todos os pobres e desfavorecidos. Os países e lares sem acesso à educação básica numa economia mundial baseada cada vez mais no conhecimento serão confrontados com maior marginalização numa economia internacional cada vez mais próspera.

Que educação pode facilitar a mudança social a tempo de possibilitar a inclusão e a participação no sistema dos mais desfavorecidos?

Juntamente com o debate acerca da forma como a educação contribui para o processo de desenvolvimento, é necessário aprofundar a reflexão acerca de qual o tipo de educação que mais favorece a concretização do desenvolvimento humano. Porque nem toda a educação contribui de igual modo para a luta contra a pobreza e para o pleno desenvolvimento pessoal e social. Para que o processo que queremos garantir sirva como agente de transformação e não só de consolidação dos sistemas globalizadores da injustiça, devemos recordar de novo, que o compromisso é duplo: trata-se, não só de garantir o acesso a livros e a escolas, mas a melhor educação. Uma educação de qualidade que sirva como facilitadora de oportunidades para os mais desfavorecidos e influa num contexto de clara discriminação, desigualdades e pobreza.

Referências Bibliográficas

Angulo, G. (2001): *De Jomtien a Dakar. Diez anos de ayuda a la Educación para Todos*, Intermón-Oxfam, Barcelona.

Arias Robles, M. (1999): *Educación Aahora, rompamos el círculo de la pobreza*. Documentos Intermón, Barcelona.

Delors, J. (1996). *A educação encerra um tesouro*. Lisboa, Edições UNESCO.

Educação para Todos, Iniciativa Acelerada (EFA FTI) (2003), Ministério da Educação de Moçambique, Agosto.

Morin, E. (2001). Los sete saberes necessarios para a educación del futuro. Editorial Paidós, Barcelona.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD (2002). *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 2002, Aprofundar a democracia num mundo fragmentado*. Lisboa, Edições DAPP-ME.

Proyecto Regional de Indicadores Educativos (2002). *Panorama Educativo de las Americas. Informe Regional*. UNESCO-ORELAC. Santiago – Chile.

Ligações Web

http://www.campaignforeducation.org
http://www.unesco.org
http://www.unesco.org/education/efa
http://forummundialdeeducacao.com.br
http://www.fronesis.org/prolat.htm

Anexo 1

DIFERENTES VISÕES DA EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Visão Restringida (Convencional)	Visão Ampla (Educação para Todos)
Destina-se às crianças.	Destina-se a meninas e meninos, jovens e adultos.
Realiza-se dentro da escola.	Realiza-se dentro e fora do sistema escolar.
Limita-se a um período de vida de uma pessoa.	Dura toda a vida e inicia-se com o nascimento.
Equivale à educação primária ou a algum nível pré-estabelecido.	Não se mede por um número de anos de estudo ou de certificados, mas pelo aprendido.
Garante-se através do ensino de determinadas matérias.	Garante-se através da satisfação de necessidades básicas tradicionais.
Reconhece como válido um único tipo de saber: o adquirido no aparelho escolar e através do ensino sistemático.	Reconhece a validez de todo o tipo de saber, incluindo os saberes tradicionais.
É uniforme, igual para todos.	É diferenciada (pois as necessidades básicas de aprendizagem são diversas entre os diversos grupos e culturas, assim como os meios e as modalidades para satisfazê-las).
É estática (a reforma escolar e curricular como eventos pontuais).	É dinâmica, muda ao longo do tempo (reforma educativa e curricular como um processo permanente de revisão e actualização).
Na definição do *quê* e do *como* prima o ponto de vista da oferta (a instituição escolar, o aparelho e a administração).	Na definição do *quê* e do *como* prima o ponto de vista da procura (o aluno, a família e as procuras sociais).
É centrada na perspectiva do ensino.	É centrada na perspectiva da aprendizagem.
É responsabilidade do Ministério da Educação (o educativo como sector).	Envolve todos os Ministérios e instâncias governamentais responsáveis de acções educativas (o educativo como multisectorial)
É responsabilidade do Estado.	É responsabilidade do Estado e de toda a sociedade e exige, por isso, a construção de consensos e a coordenação de acções.